

ANTÓNIO MARQUES DOS SANTOS

TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL  
DE TECNOLOGIA, ECONOMIA E DIREITO  
ALGUNS PROBLEMAS GERAIS

**Cadernos**  
**de CIÊNCIA E TÉCNICA FISCAL**  
(132)

CENTRO DE ESTUDOS FISCAIS  
DIRECÇÃO-GERAL DAS CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS  
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS  
LISBOA • 1984

## ÍNDICE

Nota prévia .....	7
Principais siglas e abreviaturas utilizadas .....	8
Introdução .....	9
1 — A problemática .....	9
<i>a)</i> Papel do progresso técnico no desenvolvimento económico .....	12
<i>b)</i> Transferência de tecnologia .....	13
2 — Objecto .....	14
3 — Método .....	16
4 — Indicação da sequência .....	22
1) Tecnologia e Economia .....	23
1.1 — Papel do progresso técnico no desenvolvimento económico .....	23
<i>a)</i> Noção económica de tecnologia .....	24
<i>b)</i> A importância da tecnologia na perspectiva da história económica .....	35
<i>i)</i> Os clássicos — Smith e Ricardo .....	35
<i>ii)</i> Marx .....	45
<i>iii)</i> Sombart e Schumpeter .....	82
<i>iii.1)</i> Sombart .....	83
<i>iii.2)</i> Schumpeter .....	88
<i>iv)</i> As teses neoclássicas e a crítica de Cambridge .....	100
<i>v)</i> Galbraith e a doutrina da convergência .....	116
<i>vi)</i> A moderna economia da inovação industrial .....	130
1.2 — Transferência de tecnologia .....	139
<i>a)</i> A questão da «tecnologia apropriada» .....	142
<i>i)</i> Schumacher .....	143
<i>ii)</i> Emmanuel .....	149

<i>b</i> ) O processo de internacionalização da produção . . . . .	163
<i>c</i> ) As empresas multinacionais e a transferência de tecnologia . . . . .	183
<i>i</i> ) A noção de investimento directo estrangeiro . . . . .	186
<i>ii</i> ) Características gerais do mercado internacional de tecnologia . . . . .	194
II) Tecnologia e Direito . . . . .	213
II.1 — Alguns problemas gerais . . . . .	213
II.2 — Dificuldades de uma definição jurídica da tecnologia . . . . .	224
<i>a</i> ) Generalidades . . . . .	224
<i>b</i> ) Qualificação da propriedade industrial . . . . .	236
<i>c</i> ) Será a tecnologia uma coisa? . . . . .	243
II.3 — A transferência de tecnologia e os limites da formalização jurídica . . . . .	248
<i>a</i> ) «Contratos» celebrados entre empresas multinacionais e suas filiais . . . . .	250
<i>b</i> ) «Contratos» celebrados entre empresas multinacionais e empresas «independentes» . . . . .	266
<i>i</i> ) A noção de «bargaining power» . . . . .	268
<i>ii</i> ) Outras características dos «contratos» de transferência de tecnologia . . . . .	276
<i>iii</i> ) Qualificação dos «contratos» de transferência de tecnologia celebrados entre empresas multinacionais e empresas «independentes» . . . . .	286
II.4 — A transferência de tecnologia, o Direito Internacional Público e o Direito Internacional Económico . . . . .	288
<i>a</i> ) Declaração e Programa de Acção sobre a instauração de uma nova Ordem Económica Internacional (NOEI) . . . . .	289
<i>b</i> ) Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados (CDDDEE) . . . . .	299
<i>c</i> ) Os projectos de Códigos de Comportamento em Matéria de Transferência de Tecnologia e sobre as Empresas Multinacionais . . . . .	309
<i>i</i> ) Código de Comportamento em Matéria de Transferência de Tecnologia . . . . .	311

ii) Código de Comportamento para as Empresas Multinacionais .....	316
II.5 — A transferência de tecnologia, o Direito Internacional Privado e o Direito do Comércio Internacional .....	319
a) A noção de transferência internacional de tecnologia e o âmbito de aplicação do Código de Investimentos Estrangeiros .....	320
b) Lei aplicável às transferências de tecnologia .....	337
i) Tecnologia protegida pela propriedade industrial (inventos patenteados) .....	337
ii) Tecnologia não protegida pela propriedade industrial (tecnologia não patentada) .....	348
c) Solução dos litígios derivados dos contratos que envolvam transferências de tecnologia .....	349
i) Investimentos directos estrangeiros em regime contratual .....	349
ii) Investimentos directos em regime geral e/ou transferências de tecnologia .....	363
d) O Direito do Comércio Internacional e as cláusulas restritivas .....	368
II.6 — A transferência de tecnologia e o Direito Comparado .....	378
a) Legislações nacionais .....	379
i) França .....	379
ii) Brasil .....	382
ii.a) Lei n.º 5772, de 21 de Dezembro de 1971, que aprovou o Código da Propriedade Industrial .....	382
ii.b) Acto Normativo n.º 015, de 11 de Setembro de 1975, fixando os princípios e normas fundamentais aplicáveis ao registo dos contratos de transferência de tecnologia e acordos conexos .....	384
iii) México .....	389
iv) Espanha .....	394

b) Legislações regionais .....	399
i) A regulamentação do Grupo Andino em matéria de transferência de tecnologia.....	399
i.a) Decisão 24, de Dezembro de 1970...	399
i.b) Decisão 84 da Comissão do Acordo de Cartagena (1974) e Decisão 85 (1974)	403
ii) Apreciação global da regulamentação do Pacto Andino .....	404
II.7 — A transferência de tecnologia no direito português.....	407
a) <del>evolução</del> <i>evolução histórica</i> .....	408
b) Evolução actualmente em vigor sobre transferência de tecnologia .....	431
ii) Importação de tecnologia .....	432
ii) Exportação de tecnologia .....	449
c) Comparação entre o Decreto-Lei n.º 239/76 e o Decreto-Lei n.º 348/77 .....	452
III) Conclusões .....	459
a) Conclusões da 1.ª parte .....	459
b) Conclusões da 2.ª parte .....	469
Anexo 1 — Importância da Investigação e Desenvolvimento (I & D)....	479
Anexo 2 (a) — Importância da I & D e seu financiamento por sectores — EUA, 1970 .....	480
Anexo 2 (b) — Distribuição percentual das despesas públicas em I & D .....	481
Anexo 3 — Definições dadas no artigo 1.º da Decisão 24 da Comissão do Acordo de Cartagena (Dezembro de 1970).....	481
Anexo 4 — Os contratos de investimento directo estrangeiro em regime contratual e a arbitragem internacional .....	483
Nota final .....	490
Referências .....	491

*legisla/*